



**Keyla Christina Almeida Portela  
Alexandre José Schumacher  
(Organizadores)**

# **Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira**

Keyla Christina Almeida Portela  
Alexandre José Schumacher  
(Organizadores)

# Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
P964	<p>Produção científica e experiências exitosas na educação brasileira 1 [recurso eletrônico] / Organizadores Keyla Christina Almeida Portela, Alexandre José Schumacher. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira; v. 1)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-551-8 DOI 10.22533/at.ed.518192008</p> <p>1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação – Brasil. I. Portela, Keyla Christina Almeida. II. Schumacher, Alexandre José. III. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370.71</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Os e-books intitulados “**Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira**” apresentam 6 volumes baseados em trabalhos e pesquisas multidisciplinares de diversos estudiosos da educação. A produção científica corrobora para o conhecimento produzido e difundido, além de fazer um papel de diálogo entre os pesquisadores e o meio científico.

Estas pesquisas têm como base os estudos multidisciplinares, que apresentam desafios em seu mapeamento, pois envolvem pesquisadores com distintas áreas de atuação. Diante desse cenário, a Atena Editora aglutinou em seis volumes uma grande diversidade acadêmico científica com vistas a uma maior contribuição multidisciplinar.

No primeiro volume encontramos trabalhos relacionados as vivências, práticas pedagógicas, desafios profissionais, formação continuada, bem como propostas de novas técnicas diante do cotidiano dos pesquisadores.

No segundo volume nos deparamos com estudos realizados no âmbito da educação especial, bullying, educação inclusiva e direitos humanos, bem como com políticas educacionais. Neste capítulo, buscou-se apresentar pesquisas que demonstrem aos leitores as experiências e estudos que os pesquisadores desenvolveram sobre os direitos e experiências educacionais.

No terceiro volume temos como temas: as tecnologias e mídias digitais, recursos audiovisuais, formação de jovens e adultos, currículo escolar, avaliação da educação, mudança epistemológica e o pensamento complexo. Neste volume, é perceptível o envolvimento dos pesquisadores em mostrar as diferenças de se ensinar por meio da tecnologia, e, também, com visão não reducionista, ou seja, o ensinar recorrendo a uma rede de ações, interações e incertezas enfrentando a diversidade humana e cultural.

No quarto volume, encontra-se diferentes perspectivas e problematização em relação as políticas públicas, projetos educativos, projetos de investigação, o repensar da prática docente e o processo de ensino aprendizagem. Os artigos aqui reunidos exploram questões sobre a educação básica abordando elementos da formação na contemporaneidade.

No quinto volume, apresenta-se pesquisas baseadas em reflexões, métodos específicos, conceitos e novas técnicas educacionais visando demonstrar aos leitores contribuições para a formação dos professores e as rupturas paradigmáticas resultante das experiências dos autores.

Para finalizar, o sexto volume, traz relatos de experiências e análises de grupos específicos visando demonstrar aos leitores vários estudos realizados em diversas áreas do conhecimento, sendo que cada um representa as experiências dos autores diante de contextos cotidianos das práticas educacionais sob diferentes prospecções.

À todos os pesquisadores participantes, fica nossos agradecimentos pela

contribuição dos novos conhecimentos. E esperamos que estes e-books sirvam de leitura para promover novos questionamentos no núcleo central das organizações educacionais em prol de uma educação de qualidade.

Keyla Christina Almeida Portela  
Alexandre José Schumacher

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A ATUAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ALTERNATIVO NA ESCOLARIZAÇÃO DOS ESTUDANTES ENAWENE NAWE, JUÍNA, MATO GROSSO	
Cleyde Nunes Pereira de Carvalho Léia Teixeira Lacerda	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5181920081</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
A ATUAÇÃO DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA (EBTTs) NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ CAMPUS PALMAS	
Melania Dalla Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5181920082</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>26</b>
A DIALÉTICA ENTRE CRIAÇÃO ARQUITETÔNICA E DESENHO PARAMÉTRICO: EXPERIÊNCIAS DIDÁTICAS	
Thiago Henrique Omena Arthur Hunold Lara Ana Judite Galbiatti Limongi França	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5181920083</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>37</b>
A DIVERSIDADE SEXUAL NO LIVRO DIDÁTICO DE CIÊNCIAS	
Gabriela Marinho Sponchiado Juliana Cerutti Ottonelli	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5181920084</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>49</b>
A HISTÓRIA DA CIÊNCIA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE BIOLOGIA DO ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE DO CONTEÚDO DE EVOLUÇÃO COMO TEMÁTICA INVESTIGATIVA	
Malena Marília Martins Gatinho Kézia Ribeiro Gonzaga Frederico Passini Silva Vanessa Oliveira Gonçalves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5181920085</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>62</b>
A VISÃO DOS ALUNOS DO 2º ANO DO ENSINO MÉDIO DO NORTE DE MATO GROSSO SOBRE AS AULAS PRÁTICAS DE QUÍMICA	
Lucas Freza Bohrer Karina Janaina Jung Oalas Aparecido Moraes dos Santos Sílvia Cândida de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5181920086</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>67</b>
ALGUNS ASPECTOS NA BELÉM DE BELLE ÉPOQUE. LÁTEX E BELLE ÉPOQUE: UM CASAMENTO PERFEITO	
Antonia Eriane Silva Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5181920087</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>71</b>
ALICE MILLER E A PEDAGOGIA NEGRA	
Roseli Zanon Brasil	
Romualdo Dias	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5181920088</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>78</b>
ALTERIDADES MBYA-GUARANI NO FACEBOOK – VIVÊNCIAS DE UMA PESQUISA	
Fátima Rosane Silveira Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5181920089</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>90</b>
ANIME COMO PROPOSTA PARA O ENSINO DE BIOLOGIA: UMA ANÁLISE DO ANIME HATARAKU SAIBOU	
Amanda Jéssica Silva Santos	
Érica Oliveira de Lima	
Victor Hugo de Oliveira Henrique	
<b>DOI 10.22533/at.ed.51819200810</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>98</b>
ARTE, UMA POSSIBILIDADE DE CONTEXTUALIZAÇÃO DE CONCEITOS POR MEIO DA CRIATIVIDADE E IMAGINAÇÃO	
Sofia Maia Oliveira	
Vanessa Fernanda Lopes Lucas Soares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.51819200811</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>114</b>
AULA PRÁTICA SOBRE DILUIÇÃO DO PERMANGANATO DE POTÁSSIO COMO UMA FERRAMENTA METODOLÓGICA DE APRENDIZAGEM	
Lucas Freza Bohrer	
Karina Janaina Jung	
Oalas Aparecido Morais dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.51819200812</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>122</b>
CANTINHO DA LEITURA: CONSTRUINDO A COMPETÊNCIA DE LEITURA E ESCRITA	
Diolina Alves dos Santos	
Célia Maria Alves	
Dorcas Faria de Oliveira	
Eleandra Negri Costa	
Maria do Socorro Gomes de Assis	
Raquel Pereira do Nascimento	
Vânia Horner de Almeida	
Voila Roberta Pereira Gonçalves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.51819200813</b>	

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>130</b>
DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	
<p>Maria Helena Ferrari  Allan Vinícius Jacobi  Érica Jaqueline Pizapio Teixeira  Luciano Duarte Souza  Juliana Negrello Rossarola  Thiago Duarte Mielke</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.51819200814</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>144</b>
ENSINO DE GEOGRAFIA E AS GEOTECNOLOGIAS	
<p>Luiza Carla da Silva Soares Assis  Heibe Santana da Silva</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.51819200815</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>155</b>
ENSINO PRÁTICO E INTEGRADO DE ELETRÔNICA E PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES EMPREGANDO O MICROCONTROLADOR ARDUINO	
<p>Carlos Yujiro Shigue  Alexandre de Moraes Ricardi  Eduarda Wiltiner Reis Santana  Danilo Bellintani  Vinicius de Souza Meirelles  Sandra Giacomini Schneider</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.51819200816</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>167</b>
ESCOLA SARÃ: O TEMPO DA ESCOLA E OS TEMPOS DA VIDA	
<p>Jucilene Oliveira de Moura  Ozerina Victor de Oliveira</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.51819200817</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>181</b>
“ESCOLA SEM PARTIDO”: REFLETINDO SOBRE UMA (IM)POSSÍVEL IMPLEMENTAÇÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO	
<p>Rômulo Menegas</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.51819200818</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>193</b>
ESCOLAS MILITARES: ENFÂSE AO COLÉGIO POLICIAL MILITAR FELICIANO NUNES PIRES	
<p>Paulo Ramos dos Santos</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.51819200819</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>202</b>
ESGRAVA ESPERANÇA GARCIA: UMA PROPOSTA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA À APLICABILIDADE DA LEI 10.639/2003	
<p>Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da Costa  Rosemar Eurico Coeng</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.51819200820</b>	

<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>216</b>
ESTUDO DA RESISTÊNCIA À TRAÇÃO DE MISTURAS ASFÁLTICAS MORNAS MODIFICADAS COM ÓLEO VEGETAL	
Paulo Roberto Barreto Torres Wesley Rodrigues Menezes Eduardo Antônio Guimarães Tenório Jefferson Honório Gomes da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.51819200821</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>225</b>
FORMAÇÃO CONTINUADA EM MATEMÁTICA PARA PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE BOM RETIRO DO SUL/RS	
Malcus Cassiano Kuhn	
<b>DOI 10.22533/at.ed.51819200822</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>242</b>
GÊNEROS TEXTUAIS COMO RECURSO DIDÁTICO NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA NA ESCOLA ESTADUAL QUILOMBOLA JOSÉ MARIANO BENTO	
Marcia Rezende de Sousa Madalena Santana de Sales	
<b>DOI 10.22533/at.ed.51819200823</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>251</b>
GERENCIALISMO ESTATAL E A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO EM GOIÁS	
Maria Augusta Peixoto Mundim Luelí Nogueira Duarte e Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.51819200824</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>267</b>
HISTÓRIA, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA: AS FONTES HISTÓRICAS E O FAZER PEDAGÓGICO EM SALA DE AULA	
Francisca Neta Nunes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.51819200825</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>280</b>
IMPrensa e Educação: O Decreto nº 31 de 29 de Janeiro de 1890 para a Instrução Pública do Estado do Paraná	
André de Souza Santos Gizeli Fermino Coelho Maria Cristina Gomes Machado	
<b>DOI 10.22533/at.ed.51819200826</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>292</b>
Investigação da Eficácia da Ludicidade como Ferramenta Pedagógica para Ensino de Biologia Celular	
Bruna Menezes de Oliveira Michelly Rodrigues Pereira da Silva Amanda Karla Santiago Araújo Welton Aaron de Almeida Julianne Cybelly Santos Silva Emmanuel Viana Pontual Suzane Bezerra de França	
<b>DOI 10.22533/at.ed.51819200827</b>	

<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>301</b>
JUVENTUDE E EDUCAÇÃO: POSSÍVEIS CAMINHOS DA (DES)CONEXÃO	
Ivanês Zappaz	
DOI 10.22533/at.ed.51819200828	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>311</b>
JUVENTUDES EM TRÂNSITOS: DIVERSIDADE DE GÊNEROS - EXPERIÊNCIAS E NARRATIVAS NO CONTEXTO ESCOLAR	
Pollyanna Rezende Campos	
Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti	
DOI 10.22533/at.ed.51819200829	
<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>322</b>
MÉTODO DE REDUÇÃO AO MESMO COEFICIENTE NA RESOLUÇÃO DE SISTEMAS DE EQUAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU: UM ESTUDO NA PROPOSTA DE JOSÉ ADELINO SERRASQUEIRO NO TRATADO DE ÁLGEBRA ELEMENTAR (1878)	
Enoque da Silva Reis	
Luiz Carlos Pais	
DOI 10.22533/at.ed.51819200830	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES</b> .....	<b>333</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>334</b>

## ESCRAVA ESPERANÇA GARCIA: UMA PROPOSTA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA À APLICABILIDADE DA LEI 10.639/2003

**Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da Costa**

Univag Centro Universitário de Várzea Grande,  
Várzea Grande, Mato Grosso.

**Rosemar Eurico Coeng**

Universidade de Cuiabá/Instituto Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-graduação em Ensino, Cuiabá, Mato Grosso.

**RESUMO:** Em consonância aos propósitos dos Parâmetros Curriculares Nacionais de História e Língua Portuguesa, propomos dar a conhecer a temática do escravismo no Brasil a partir de um texto literário intitulado “Quando a escrava Esperança Garcia escreveu uma carta” (2013), de Sonia Rosa, com o intuito de apresentar possibilidades didático-pedagógicas aos anos finais do ensino fundamental. Ao alterar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, passou a estabelecer diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”. Nesse sentido, consideramos o potencial da referida lei ao fortalecimento de identidades de direitos, de historicidades negadas ou distorcidas, a romper com imagens negativas, planeadas pelos meios de comunicação na construção da imagem da população negra e parda. Santos

e Meneses (2010) e Quijano (2005), teóricos da descolonialidade, são contemplados na discussão da colonialidade do saber em que se preconiza a ciência ocidental; Bakhtin (1992), Miranda (2000) e Galvão e Gotlib (2000) nos apontaram caminhos ao entendimento da escrita epistolar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Parâmetros Curriculares Nacionais de História e Língua Portuguesa. Escravismo no Brasil. Escrava Esperança Garcia. Lei 10.639/2003. Escrita epistolar.

### SLAVE ESPERANÇA GARCIA: A DIDACTIC-PEDAGOGICAL PROPOSAL TO THE APPLICABILITY OF LAW 10.639/2003

**ABSTRACT:** In line with the purposes of the National Curriculum Parameters of History and Portuguese Language, we propose to make known the thematic of slavery in Brazil from a literary text entitled “When the slave Esperança Garcia wrote a letter” (2013), by Sonia Rosa, with the aim of presenting teaching-pedagogical possibilities to the final years of elementary school. By amending Law 9.394 of December 20, 1996, Law 10.639, of January 9, 2003, established guidelines and bases of national education to include in the official curriculum of the Teaching Network the obligation of the subject “History and Afro-Brazilian Culture “. In

this sense, we consider the potential of this law to strengthen rights identities, denied or distorted historicities, to break with negative images, planned by the media in the construction of the image of the black and brown population. Santos and Meneses (2010) and Quijano (2005), theorists of decoloniality, are contemplated in the discussion of the coloniality of knowledge in which Western science is preached; Bakhtin (1992), Miranda (2000) and Galvão and Gotlib (2000) pointed us to the understanding of epistolary writing.

**KEYWORDS:** National Curricular Parameters of History and Portuguese Language. Slavery in Brazil. Slave Esperança Garcia. Law 10.639/2003. Epistolary writing.

## 1 | INTRODUÇÃO: “NÃO SE ESTUDA O ESCRAVISMO SEM EMOÇÃO”

A assertiva “Não se estuda o escravismo sem emoção” é do historiador Alberto da Costa e Silva (2008, p. 14), considerado o maior africanista brasileiro vivo. Neste ano, aos 130 anos da abolição da escravatura, um quadro desesperador de violência é fixado no cenário brasileiro frente ao crescimento da taxa de homicídios entre negros e pardos. De acordo com o “Atlas da Violência 2018”, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (IPEA-FBSP, 2018) a população negra, jovem e de baixa escolaridade continua a totalizar o maior número das vítimas de homicídios: a cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras.

Último país das Américas a libertar seus escravos, os “negros da Guiné”, após 338 anos, se for considerar 1550 o ano inicial das primeiras levas de escravos que chegaram ao Brasil. Todavia, a abolição da escravatura foi insuficiente para proporcionar aos ex-escravos condições justas e igualitárias. Em sua maioria analfabetos e sem acesso à terra, continuaram vítimas do racismo. O preconceito, a discriminação e a concepção de que o negro só caberia na ordem societária para realizar serviços pesados deixaram resultados extremamente danosos e que se estendem até os dias de hoje. Diante desse quadro, no Brasil, a violência e a desigualdade têm cor: “os negros morrem antes, estudam menos, têm menos acesso ao mercado de trabalho, contam menos anos de educação, sofrem com mais atos de sexismo, possuem acesso mais restrito a sistemas de moradia e acompanhamento médico.” (SCHWARCZ e GOMES, 2018, p. 41).

No século XVI, encadeados em correntes, milhares negros chegaram à costa atlântica da África. A exemplo, Gorée, no Senegal, e Uidá, em Benin, hoje “Casa dos escravos” e “Porta do não retorno”, respectivamente, que eternizam histórias da cruel traficância de escravos. Um museu e um memorial, símbolos tombados pela Unesco que imortalizam histórias do tráfico negreiro que riscou o Atlântico por incontáveis vezes. Milhares de negros foram arrancados compulsoriamente do continente africano. De 1550 até 1862, estima-se que 4.8 milhões de africanos desembarcaram no território brasileiro, dentre eles, os ancestrais de Esperança Garcia.

A escrava piauiense Esperança Garcia é a personagem central desta história. Sabe-se de sua existência por ter escrito uma carta ao governador da Capitania do Maranhão, principal autoridade do Piauí colonial setecentista, em 6 de setembro de 1770. Não há informações precisas quanto à data de seu nascimento, mas estudos indicam que foi por volta de 1750. Sua vida passou por mudanças drásticas quando, em 1759, o Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, mais tarde Marquês de Pombal, expulsou os jesuítas de Portugal e de suas colônias, inclusa o Brasil. Esse fato obrigou a escrava a deixar a Fazenda dos Algodões, na região de Oeiras, no Piauí, onde morava com sua família, junto aos jesuítas, que a catequizaram e a ensinaram a ler e escrever. Passou a viver no Maranhão, muito distante da família, para ser cozinheira do Capitão Antônio Vieira do Couto, feitor da localidade, que praticava atos de extrema violência contra Esperança Garcia e seus filhos menores.

A história de Esperança Garcia chegou até nós porque teve a coragem de denunciar os maus tratos recebidos do capitão ao governador da Capitania do Maranhão, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro; porque fez uma cópia dessa carta e a guardou. Infelizmente, a escrava jamais recebeu resposta do governador e nem mesmo soube se a carta chegou ao seu destino. O que se sabe é que pouco tempo depois a escrava fugiu. Vai reaparecer em 1778 em um documento onde estão relacionados os nomes dos trabalhadores de uma fazenda, então casada com o angolano Ignácio e seus sete filhos.

Passados oito anos da denúncia e fuga (1778), pode-se, novamente encontrar Esperança Garcia mencionada em uma relação de trabalhadores de Algodões. Dentre os escravizados, havia um casal Ignácio e Esperança. Ele, um negro de Angola, de 57 anos; ela, crioula, com 27 anos.

Ainda que a legislação escravista do Império do Brasil tenha contemplado uma pequena parcela de escravos, as leis Eusébio de Queirós (1850), do Ventre Livre (1871), dos Sexagenários (1885) e Áurea (1888) nem de perto beneficiaram a escrava Esperança Garcia. Todas desacompanhadas de projetos que proporcionassem os negros libertos sua inserção em esfera social justa e igualitária. Em 1823, o Brasil perdeu a oportunidade de reescrever sua história quando, durante a Assembleia Nacional Constituinte, José Bonifácio de Andrada e Silva, na condição deputado, tentou construir na América um país moderno e civilizado e empreender reformas de grande significância para o fim da escravidão (ANDRADA E SILVA, 1998). Dedicado à Ilustração francesa dos séculos XVII e XVIII, o integrante da burocracia lusitana idealizou na América uma nação humanista que acompanharia os modelos europeus. Seu projeto ficou engavetado. Sessenta e cinco anos transcorreram até à abolição da escravidão. Da abolição aos dias atuais, vestígios da escravidão são perceptíveis, sentidos nas peles, nos corações, nas histórias de seus descendentes.

Especialmente os estudos de Boris Fausto (2007), Eduardo Bueno (2003), Jorge Caldeira (2017) e Luiz Mott (2010) foram imprescindíveis para compor o cenário em que viveu a escrava Esperança Garcia. Para a análise do sistema escravocrata

nos alicerçamos nos preceitos dos teóricos da descolonialidade, especialmente em Santos e Meneses (2010) e Quijano, (2005). E, no exame da carta escrita pela escrava Esperança Garcia, Bakhtin (1992), Galvão e Gotlib (2000) e Miranda (2000) apontaram caminhos à crítica epistolográfica. Para obtermos um conhecimento maior da pessoa Esperança Garcia, para além do livro de Sonia Rosa, imprescindíveis foram os estudos de Luiz Mott (2010) e do “Projeto A Carta de Esperança Garcia: uma mensagem de coragem, cidadania e ousadia” (2015), desenvolvido pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que objetivou a promoção de uma pesquisa sobre o conteúdo da carta escrita por Esperança Garcia, em 1770.

Dividimos este estudo em três partes. A primeira, intitulada “Notas sobre a escrita epistolar”, trata especificamente da postura teórica adotada para uma leitura da carta escrita no século XVIII por Esperança Garcia. A seguir, “O Brasil setecentista de Esperança Garcia” recupera um fragmento da história do tempo em que viveu nossa protagonista. Por fim, na terceira parte, “Esperança Garcia: literatura infantojuvenil afrodescendente na Lei 10.639/2003”, a personagem se faz fortemente presente. Direcionamos nossa atenção à carta escrita pela escrava em 6 de setembro de 1770 e apresentada no livro “Quando a escrava Esperança Garcia escreveu uma carta”, de Sonia Rosa (2012), para propormos possibilidades didático-pedagógicas às disciplinas de História e Língua Portuguesa aos anos finais do ensino fundamental, em cumprimento à Lei 10.639/2003 (BRASIL, 2003), que torna obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileiras, compreendidos, ainda, os estudos da História da África e dos africanos.

## 2 | NOTAS SOBRE A ESCRITA EPISTOLAR

Neste tópico são traçadas algumas notas sobre a crítica epistolográfica. Na historiografia, as cartas ocupam, tradicionalmente, o *status* de documentos. Um estudo da carta, como objeto material, traz indícios de uma cultura, de uma época. Tal objeto de estudo tem ganhado força nos Estudos Literários. Na área da Literatura, estudos sobre correspondências de e entre escritores têm sido frequentes. No caso da Literatura Brasileira, ganham destaque as cartas de Oswald de Andrade para Monteiro Lobato; de Gilberto Freyre para José Lins do Rego; Monteiro Lobato para Godofredo Rangel; Mario de Andrade a Henriqueta Lisboa e vários escritores.

Mas, o interesse sobre a epistolografia na Literatura Brasileira não tem se restringido à publicação e estudos das cartas escritas e recebidas pelos escritores citados. Um exemplo é a obra “Prezado senhor, Prezada senhora: estudos sobre cartas” (2000), organizada por Walnice Nogueira Galvão e Nádia Battela Gotlib que tomam como objeto de estudo as correspondências.

É de Mikhail Bahktin (1992) a ideia de que há um grupo especial de gêneros, entre esses a carta ou gênero epistolar, que, incorporadas ao romance, desempenham um papel importante, podendo criar época não só na história do romance, mas também

na linguagem literária. Podem surgir no romance não só como elemento estrutural básico, bem como determinar sua forma. A relevância é a afirmação de que, pela sua composição, esses gêneros assimilam os diferentes aspectos da realidade, os diferentes aspectos das complexas relações humanas.

A carta é um enunciado, assim como também o são uma palavra, oração ou texto. Para Bakhtin (1992, p. 279),

[...] todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão relacionadas com a utilização da língua [...] esta efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam de uma ou de outra forma na esfera da atividade humana.

Cada enunciado, tomado em separado, é sempre individual e irrepetível, mas, na esfera social do uso da língua, elaboram-se “tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos de gêneros do discurso” (BAKHTIN, 1992, p. 279). Tamanha diversidade dos gêneros nos leva a pensar que poderia não haver um terreno comum para seu estudo. O autor aponta para a relevância da compreensão entre o gênero primário (simples) e o gênero secundário (complexo), sendo o primeiro pertencente a uma comunicação espontânea, e o segundo, constituído pelo romance, teatro, discurso científico, etc.

Da diferença entre os gêneros: os secundários surgem em condições da comunicação cultural mais complexa, relativamente mais desenvolvida e organizada, principalmente escrita, absorvendo na sua formação os gêneros primários, reelaborando-os fazendo-os aparecer na novela, no discurso científico, ideológico, etc. Compreender essa diferença consiste em compreender a natureza verbal linguística, buscando os elementos estáveis que se repetem, que são comuns, mostram certa regularidade, definem, identificam os gêneros. Que elementos seriam esses nas cartas?

Com relação ao estudo dos gêneros, podemos pensar a carta como um gênero secundário porque, ao ser escrita, perde seu caráter de comunicação espontânea que constitui o gênero primário. O gênero carta demanda um distanciamento entre os interlocutores, que é espacial e temporal, e demanda um distanciamento entre o autor e os acontecimentos que a carta remete. Portanto, na carta realizam-se projetos de dizer.

A compreensão da carta pessoal como gênero do discurso, nas suas complexas relações, foi o que nos aproximou das teorizações de Mikhail Bakhtin (1992) e sua aproximação com a obra “Quando a escrava Esperança Garcia escreveu uma carta” (2013). A busca dessa compreensão leva aproximações quanto à natureza verbal, quanto ao fundamento que definem a carta na sua natureza comunicativa e quanto à relação linguagem e visão de mundo. A carta pessoal, particular, é um enunciado individual que reflete condições específicas de uma dada esfera da atividade humana, neste caso, a esfera da vida cotidiana.

Em sua tese de doutorado intitulada “Aos leitores, as cartas: proposta de

edição anotada da correspondência de Murilo Rubião com Fernando Sabino, Mário de Andrade e Otto Lara Resende”, Cleber Araújo Cabral faz alguns questionamentos acerca do gênero epistolar:

Como ler (ou como dar a ler), hoje, uma carta que não foi enviada a nós, mas destinada a outra pessoa, de outro tempo? Haveria um método próprio ao estudo de correspondências editadas ou inéditas? Qual procedimento crítico seria mais adequado para analisar e para interpretar essas cartas enquanto discursos, fontes históricas, teóricas ou testemunhais? Essas parecem ser algumas indagações que perpassam e fundamentam as várias edições e pesquisas sobre correspondências de artistas, de escritores, de intelectuais e de políticos que compõem os estudos epistolográficos brasileiros, atualmente. (CABRAL, 2016, p. 62).

Destaca o autor que a constituição da crítica epistolar no Brasil data entre as décadas de 1960 e 1980. No Brasil, foi criado o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), da Universidade de São Paulo e, a este, segue a implementação de outros centros de documentação – como o Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (AMLB), da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), em 1972, dentre outros espaços de guarda e de preservação de fontes históricas para o estudo da literatura.

O pesquisador destaca que outros indícios do processo de consolidação da crítica epistolográfica no Brasil são: a criação da Associação dos Pesquisadores do Manuscrito Literário, em 1985, e da revista “Manuscritica”, em 1990, e o crescente número de dissertações, teses e livros dedicados a cartas.

Como referência teórica destacamos a obra “Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas” (2000), organizada por Walnice Nogueira Galvão e Nádya Batella Gotlib, coletânea que apresenta uma amostra significativa da pluralidade de abordagens teóricas dedicadas à escrita epistolar no Brasil. Nesse livro, as organizadoras, além de assinarem a Apresentação e dois ensaios, reuniram nada menos do que 38 colaboradores para produzirem um volume indispensável a todo leitor interessado no assunto.

A cada autor foi apresentada a proposta, que tinha como objetivo escrever um texto em que a questão central fosse a leitura de cartas que, por algum motivo, suscitasse interesse e adquirisse relevância em torno do assunto. O propósito das organizadoras era, exatamente, conseguir uma diversidade sobre o modo de abordar a temática. Destacam as autoras que o:

[...] livro nasceu de uma conversa informal, por ocasião de um congresso. [...] Pois a questão girava em torno de uma constatação óbvia para todos nós, interessados em literatura: a disparidade entre o volume de cartas - escritas por artistas, intelectuais, personalidades históricas - e o número reduzido de estudos. Por que tantas cartas produzidas e tão poucos trabalhos com leituras de tais cartas? (GALVÃO e GOTLIB, 2000, p. 9).

O bibliófilo José Mindlin, em “Cartas, para que vos quero?” diz: “não sei quando as cartas foram inventadas, mas foi inegavelmente, uma grande invenção” (MINDLIN, 2000, p. 35). Enquanto gênero literário, ou como atividade reservada de

alguns privilegiados, Miranda informa:

O uso de escrever cartas conheceu notável impulso entre os homens do Renascimento. Expressão de uma maior importância dos laços que se estabeleciam para além da célula familiar; do ideal de civilidade: gênero propício ao melindroso comércio de ideias, ou a de confidenciar experiências de encanto, beleza e amor. (MIRANDA, 2000, p. 42).

No texto “A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia portuguesa no século XVIII”, o autor traça um percurso sobre a tradição da epistolografia ocidental remontando alguns dos registros mais antigos a um pequeno grupo de filósofos, dentre eles, Epicuro, Isócrates e Platão. Alguns dos textos publicados estavam voltados ao ensino, outros destinavam-se aos interesses comuns, inaugurando, assim, a prática das “cartas abertas”.

Os primeiros estudiosos que se preocuparam em teorizar o gênero epistolar foram o orador ateniense Demétrio de Falero com a obra “De elocutione”, o sofista Filostrato, com “Typi epistolares” e o neoplatônico Proclo, “De forma epistolari”. Todos evidenciaram em suas obras modelos que ensinavam a desenvolver os mais variados temas. O gênero se popularizou e expandiu no início da Idade Moderna como projeto de um veículo humanista. O propósito objetivava “assegurar o convívio social através de comportamentos que todos pudessem aceitar e decodificar”. (MIRANDA, 2000, p. 44).

A reflexão da carta de Esperança Garcia como objeto cultural nos dá pistas para uma reflexão da escrita (e também da leitura) como prática cultural e, nela, a constituição do sujeito que escreve.

### 3 | O BRASIL DE ESPERANÇA GARCIA

No século XVIII, em terras brasileiras, a ação de Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido na historiografia brasileira como Marquês de Pombal, significou uma profunda alteração na política interna de Portugal, com reflexo em todo o seu império colonial. Pombal, ao tornar-se o primeiro-ministro do Reino de Portugal, reuniu em suas mãos, por quase três décadas, a mais completa concentração de poder. E, ao expulsar os jesuítas de Portugal e de suas colônias, em 1759, mudou drasticamente a vida muitas pessoas, dentre elas a da escrava Esperança Garcia.

No Brasil, no ano seguinte, o grande inimigo dos jesuítas destruiu a Companhia de Jesus em consequência do “suposto estímulo dos jesuítas à resistência dos Guarani no episódio dos Sete Povos das Missões. Depois, um atentado ao rei D. José, no qual Pombal vislumbrou a influência dos jesuítas.” (BUENO, 2003, p. 57). Do total de 550 padres, a primeira leva de 119 foi deportada e, em Lisboa, conduzida a calabouços insalubres.

Em 1760, no momento em que o Marquês de Pombal sequestrou, prendeu e expulsou os jesuítas de Oeiras, Piauí, os padres da Companhia de Jesus haviam

aumentado os campos criatórios de bovinos de 28 para 30 fazendas, dentre elas, a Fazenda dos Algodões, onde morava Esperança Garcia e sua família.

Escravizada aos 9 anos ao ser levada para a casa do Capitão Antônio Vieira de Couto, administrador das fazendas da Inspeção de Nazaré, pertencentes à Coroa portuguesa, foi forçada a deixar a Fazenda dos Algodões. Na carta, escrita em 1770, endereçada ao governador da Capitania do Maranhão, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, denunciou: “Desde que o Capitão lá foi administrar, que me tirou da Fazenda dos Algodões, aonde vivia com meu marido, para ser cozinheira de sua casa, onde nela passo tão mal.” (ROSA, 2012, p. 19).

O Brasil de Esperança Garcia foi o das Capitânicas Hereditárias. Instituídas em 1532 por D. João III, rei de Portugal, objetivaram a efetivação da colonização em terras da colônia, a exemplo de experiências nos Açores e na ilha da Madeira. Chegaram ao Brasil gentes da burocracia estatal, militares e navegadores integrantes da conquista da Índia em viagens marítimas entre 1415 e 1543. Cada um com seu brasão, tornaram-se donatários e tomaram posse de suas faixas de terras.

Dos 15 lotes, apenas dois, São Vicente e Pernambuco, conseguiram prosperar. Ainda que a experiência das capitânicas tenha apresentado resultados desfavoráveis, é considerada como a “primeira e decisiva incursão dos portugueses no trópico e definem o embrião da futura ocupação do Brasil”. (BUENO, 2003, p. 43). As Capitânicas Hereditárias propiciavam poderes a seus donatários que tinham permissão de arrecadar tributos, ainda que não fossem proprietários de seus quinhões. Entretanto, diante aos inúmeros problemas de ordens administrativas, Portugal decidiu pela centralização administrativa do poder.

Em 1548, D. João III estabeleceu o governo geral do Brasil e enviou Thomé de Sousa para ser o primeiro governador. O governo-geral, nas palavras de Caldeira (2017, p. 58), era entendido “como uma esfera adicional no âmbito da capitania, cujo capitão-mor por acaso era o rei.” Com o governador-geral chegaram os jesuítas, com os quais viveu Esperança Garcia, antes de o Capitão Antônio Vieira do Couto, obrigá-la a deixar a Fazenda dos Algodões, em terras pertencentes à Capitania do Maranhão.

O sistema de Capitânicas Hereditárias, sob as ordens dos governadores-gerais, perdurou até o ano de 1821, próximo à independência do Brasil. Suas faixas de terras retornaram às mãos da Coroa portuguesa quando suas fronteiras foram redimensionadas e teceram novas estruturas administrativas a desenhar os estados do litoral brasileiro.

O Brasil da escrava Esperança Garcia ligava-se umbilicalmente a Portugal. O Piauí de Esperança Garcia pertencia à Capitania do Maranhão, criada por volta de 1674 por ocasião da implementação de fazendas de gado. O antropólogo e historiador Luiz Mott (2010), quem encontrou a carta de Esperança Garcia no Arquivo Público do Piauí, em 1979, informa que no início do século XVIII, o crescimento econômico da região motivou a elevação da aldeia Cabrobó à condição de vila que passou a ser

denominada de Mocha, quando recebeu muitas famílias oriundas da Capitania do Maranhão, enviadas por seu governador. A chegada de novos moradores deflagrou inúmeros conflitos entre os povos indígenas da região, quando foram praticamente dizimados. (OLIVEIRA, 2007).

Para que os grandes proprietários e a coroa portuguesa conseguissem seus objetivos, a violência, a escravidão e a expulsão dos gentios de suas terras, os “negros da terra”, consistiam em práticas sistêmicas de extermínio. Porém, o fato de a Coroa portuguesa já ter conhecimento daquele território e de ter expulsado os indígenas não bastava, pois se fazia necessária a adoção de ações que propiciassem a fixação das pessoas nas capitanias, que representaram uma tentativa transitória e ainda tateante de colonização, com o objetivo de integrar a Colônia à economia mercantil europeia. (Fausto, 2007, p. 45-46).

Associada à resistência de etnias indígenas e ao clima quente característico da região, a grande extensão de terras que compreendia a Capitania do Maranhão a colocava em isolamento das demais fazendas e vilas e do restante da Colônia, ainda carente de uma rede de estradas. A Capitania do Maranhão teve muitas dificuldades em controlar invasões estrangeiras. Foi vitimada de constantes ataques, especialmente da França que se opunha ao Tratado de Tordesilhas firmado entre o reino de Portugal e a Coroa de Castela, em 1494.

A Capitania do Maranhão abrangia dois seguimentos: um, sob às ordens dos donatários Aires da Cunha e João de Barros, que compreendia terras do rio Gurupi, atualmente fronteira com os estados do Pará e do Maranhão, até o cabo de Todos os Santos, hoje Baía de Cumã, no Maranhão; sob o comando de Fernão Álvares da Cunha, a outra parte da capitania percorria terras do cabo à foz do rio Paraíba. Sobre os donatários das duas faixas de terras, informa Bueno (2003) que em 1535 chegaram ao Maranhão juntamente com uma frota de dez navios com 900 pessoas e 100 cavalos. Mas, Aires da Cunha morreu num naufrágio e, após de três anos em combate com os indígenas, apenas 200 sobreviventes retornaram a Portugal.

A Capitania do Maranhão, como as demais, também padecia com o isolamento. Estabelecer-se no Piauí significava um isolamento ainda maior. Mas, Portugal precisava proteger e integrar seus domínios, a fim de obter maior controle tanto da ocupação territorial como da produção. Somente em fins do século XVI, o número populacional das fazendas passou a ser mais expressivo. Mott (2010) informa que no ano de 1697, pouco mais de meio século antes do nascimento de Esperança Garcia, existiam 438 fazendas no Piauí.

Em novembro de 1761 a capitania passou a ser conhecida por São José do Piauí e sua capital, Oeiras. No ano seguinte, o número de estabelecimentos subiu para 12.744, em consequência de se encontrar mais integrado ao restante do país e em virtude da crise da agricultura e da produção mineral em outras partes do Brasil. Muitos índios foram dizimados e os sobreviventes viviam sob o jugo colonial. A pecuária consistia em um empreendimento que propiciava a obtenção de lucro.

Sem dúvida, situações atrativas ao deslocamento de um contingente populacional para o Piauí.

O Piauí setecentista de Esperança Garcia possuía uma população mais numerosa, com 19.191 habitantes e não se achava tão isolada das demais fazendas, o que favoreceu o surgimento dos primeiros centros urbanos. (MOTT, 2010). O século XVIII de Esperança Garcia teve um caráter ruralista. A relação entre senhores e escravos era extremamente violenta. As pessoas viviam dispersas por grandes latifúndios sem organização administrativa, situação que favoreceu uma política de poder dos grandes proprietários de terras.

#### **4 | ESPERANÇA GARCIA: LITERATURA INFANTOJUVENIL AFRODESCENDENTE NA LEI 10.639/2003**

A Lei 10.639/2003 inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade das temáticas das histórias e das culturas afro-brasileiras. Permite o desvelar de identidades ocultadas e traz para a agenda educacional nacional uma dimensão imprescindível para o avanço da luta antirracista. Possibilita, ainda, o combate ao racismo institucional, pois, ao tornar obrigatório o estudo da história e da cultura afro-brasileiras, impede que docentes atuem orientados por uma visão etnocêntrica de mundo, por esta ser fundada em uma epistemologia que desqualifica o diferente, desvaloriza formas de vida e identidades.

A colonialidade do saber (QUIJANO, 2005) em que se preconiza a ciência moderna, bem como o potencial da Lei 10.639/2003, quando orientada pelo pensamento descolonial e crítico, possibilita a emancipação do conhecimento e, conseqüentemente, da sociedade. Evidencia-se a necessidade de uma reflexão crítica acerca do pensamento Ocidental, que se baseia na “dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu a supressão de muitas formas de saber próprias dos povos/nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade.” (SANTOS e MENESES, 2010).

O gênero epistolar contido no livro de Rosa (2013) nos levou a convidar a escrava Esperança Garcia para fazer parte das aulas de História e Literatura nos anos finais do ensino fundamental. Uma possibilidade de “aprender a ver processos históricos, dinâmicas sociais e culturas em movimento”, nos dizeres de Mia Couto (2008, p. 11). Isso porque Sonia Rosa, ao contextualizar historicamente o cotidiano de Esperança Garcia, aponta caminhos para o estudo da escravidão no Brasil e suas conseqüências no tempo presente.

Eu sou uma escrava de V.S. da administração de Capitão Antonio Vieira de Couto, casada. Desde que o Capitão lá foi administrar, que me tirou da Fazenda dos Algodões, aonde vivia com meu marido, para ser cozinheira de sua casa, onde nela passo tão mal. A primeira é que há grandes trovoadas de pancadas em um filho nem, sendo uma criança que lhe fez extrair sangue pela boca; em mim

não poço explicar que sou um colchão de pancadas, tanto que caí uma vez do sobrado abaixo, peada, por misericórdia de Deus escapei. A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confessar a três anos. E uma criança minha e duas mais por batizar. Pelo que peço a V.S. pelo amor de Deus e do seu valimento, ponha aos olhos em mim, ordenando ao Procurador que mande para a fazenda aonde ele me tirou para eu viver com meu marido e batizar minha filha. De V.Sa. sua escrava, Esperança Garcia”. (ROSA, 2013, p. 18)

Partindo da carta de Esperança Garcia, nossa proposta contempla as disciplinas de História e Língua Portuguesa, em acordo aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), sem esquecer dos Temas Transversais. No volume de História, os conteúdos estão dispostos “em uma sequência que pretende expor a importância que as Histórias brasileira, americana, europeia e africana possuem para a compreensão das dimensões históricas da realidade social dos alunos.” (BRASIL, 1997a, p. 57). Associado ao livro de Sonia Rosa, contempla os temas

[...] escravização, trabalho e resistência indígena na sociedade colonial; tráfico de escravos e mercantilismo; escravidão africana na agricultura de exportação, na mineração, produção de alimentos e nos espaços urbanos; lutas e resistências de escravos africanos e o processo de emancipação; trabalho livre no campo e na cidade após a abolição; o trabalhador negro no mercado de trabalho livre; imigração e migrações internas em busca de trabalho. (BRASIL, 1997a, p. 60).

No volume de Língua Portuguesa, onde a especificidade do texto literário se faz presente, devendo estar “incorporado às práticas cotidianas da sala de aula, visto tratar-se de uma forma específica de conhecimento”, [...] um “exercício de reconhecimento das singularidades e das propriedades compositivas que matizam um tipo particular de escrita.” (BRASIL, 1997b, p. 29). Com o livro de Sonia Rosa, destacamos que o ensino da Língua Portuguesa deve “valorizar a leitura como fonte de informação, via de acesso aos mundos criados pela literatura e possibilidade de fruição estética, sendo capazes de recorrer aos materiais escritos em função de diferentes objetivo.” (BRASIL, 1997b, p. 33).

Assim sendo, nos anos finais do ensino fundamental, o tema escravidão evidencia fatos históricos a respeito da instauração do sistema escravocrata no Brasil e em outros países; consiste em uma importante fonte de informação contributiva para diminuir preconceitos e lacunas do conhecimento que fomentam equívocos que levam a expressivos índices de racismo, preconceito e discriminação. A Lei 10.639/03 adentra a sala de aula, esta, sem dúvida, um espaço de construção de cidadania. Estudar sobre um fragmento da vida de Esperança Garcia significa um caminho ao apagamento do imaginário social brasileiro que mesmo “depois de 130 anos da extinção da escravidão, existem, porém, permanências fortes e teimosas na sociedade brasileira. O racismo continua estrutural no país, e continua inscrito no presente, de forma que não é possível apenas culpar a história ou o passado.” (SCHWARCZ; GOMES, 2018, p. 41).

Em sala de aula, o livro infantojuvenil “Quando a escrava Esperança Garcia escreveu uma carta” pode contribuir de maneira efetiva para que os alunos conheçam

a escravidão e seus efeitos violentos, especialmente à escrava Esperança Garcia. Diante aos maus tratos recebidos do feitor militar, escreveu uma carta a Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, governador da Capitânia do Maranhão, em 6 de setembro de 1770, para denunciar o estado de violência física e moral que sofria. Nesse mesmo documento, Esperança Garcia clamava por seu retorno à Fazenda de Algodões, de onde veio, e por ter sua filha batizada. Novamente Esperança Garcia vem até a nós: “passados oito anos da denúncia e fuga (1778), pode-se, novamente encontrar Esperança Garcia mencionada em uma relação de trabalhadores de Algodões. Dentre os escravizados, havia um casal Ignácio e Esperança. Ele, um negro de Angola, de 57 anos; ela, crioula, com 27 anos”. (FRANÇA, 2013, p. 12)

A carta escrita pela escrava Esperança Garcia é considerada uma das mais antigas cartas de denúncia de violência contra escravos no Brasil. Sem acesso à terra e à indenização pelo tempo de trabalhos forçados, grande parte dos ex-escravos permaneceu nas fazendas em que trabalhava, a vender seu trabalho em troca de casa e comida. Para os que migraram para as cidades, restaram o subemprego, a economia informal, o artesanato, o que ocasionou o aumento de ambulantes, empregadas domésticas, quitandeiras, prostitutas. O preconceito, a discriminação, a ideia de que o negro só servia para o trabalho braçal deixaram sequelas desde a abolição da escravatura até os dias atuais.

## **5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS: LIBERDADES REFEITAS OU INVENÇÃO DE NOVAS HIERARQUIAS E DIFERENÇAS?**

Chegamos aqui com indagações de Alberto Costa e Silva (2018). Ao adotar o livro “Quando a escrava Esperança Garcia escreveu uma carta”, de Sonia Rosa, professores terão oportunidades de adicionar à temática afro-brasileira, em especial, nas disciplinas de História e Língua Portuguesa, uma reflexão sobre a postura do Estado brasileiro diante ao caráter étnico e cultural de sua população, explícito na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Muito mais, “uma República Federativa Multiétnica e Multissocietária”, nas palavras da antropóloga Lux Vidal (1989).

No que diz respeito ao reconhecimento das pessoas afro-brasileiras, os conteúdos precisam estar explícitos na formação do cidadão. As instituições de ensino devem, principalmente, propiciar o diálogo e o compartilhamento, tornando-se um espaço dinâmico para a vida cívica na comunidade. A lembrar dos preceitos da Unesco, a escola deve promover uma “educação e cultura para a paz”, quando todos assumem uma postura comprometida com a construção de uma sociedade mais livre, justa e solidária.

Como profetizou José Bonifácio, não poderemos ser verdadeiramente livres, respeitáveis e felizes diante à discriminação contra as pessoas negras e pardas,

computando a maioria da população brasileira. De lá para cá, a Lei 7.716/1989, o Código Penal, a Constituição Federal, a Declaração dos Direitos Humanos, as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, dentre outros dispositivos legais, sem dúvida, constituem-se em importantes caminhos que o Estado brasileiro tem trilhado para eliminar os expressivos índices da desigualdade racial.

Esperança Garcia não se beneficiou de nenhuma lei que aliviasse suas dores, suas saudades. Nada a livrou da violência praticada por Antônio Vieira de Couto e nem a levou de volta à Fazenda dos Algodões para reencontrar sua família. Mas, a carta de Esperança Garcia chegou até nós.

A prosa de Sonia Rosa conta uma história de resistência e liberdade. Nela, a carta de Esperança Garcia nos trouxe oportunidades de vivenciarmos fragmentos de seu tempo. Quiçá nos inspiremos em sua coragem para continuar a denunciar crimes contra o racismo e consigamos eliminar o imenso fosso que ainda existe entre afro-brasileiros e brancos, a perpetuar histórias de desigualdades. Zumbi dos Palmares se aliou à Esperança Garcia para comemorar o Dia da Consciência Negra no Brasil. No Piauí, 6 de setembro é reservado ao Dia Estadual da Consciência Negra, em homenagem à escrava Esperança Garcia.

Intentamos, portanto, uma possibilidade didático-pedagógica a ser praticada nas disciplinas de História e Língua Portuguesa, em acordo com as diretrizes dos PCN. Enquanto instrumento propiciador de um pensar descolonial, como meio de reconhecimento de epistemologias invisibilizadas pela ciência moderna. Sob as perspectivas de teóricos da descolonialidade, embasados no pensamento crítico, demonstramos a importância da lei para um ensino emancipador.

## REFERÊNCIAS

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. **Projetos para o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997a.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997b.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10639-9-janeiro-2003-493157-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 17 de jul. 2018.

CABRAL, Cleber Araújo. **Aos leitores, as cartas**: proposta de edição anotada da correspondência de Murilo Rubião com Fernando Sabino, Mário de Andrade e Otto Lara Resende. 227f; Tese (Estudos Literários) Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

CALDEIRA, Jorge. **História da riqueza do Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

COSTA E SILVA, Alberto da. Escravidão e liberdade. SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 13-16.

COUTO, Mia. Prefácio. HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. 2ª. ed. rev. São Paulo: Selo Negro, 2008.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: EdUSP, 2007 (Didática, 1).

FRANÇA, João Vieira de et al. **A carta de Esperança Garcia**: uma mensagem de coragem, cidadania e ousadia. Ministério da Cultura. Universidade Federal de Pernambuco. Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo. Edital Minc/UFPE 2013: Preservação e acesso aos bens do patrimônio Afro-brasileiro Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://culturadigital.br/cartaesperancagarcia>. Acesso em: 17 set. 2018.

GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádya Battella. **Prezado senhor, Prezada senhora**: estudos sobre cartas. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

IPEA-FBSP. **Atlas da Violência 2018**. Instituto de Pesquisas Forum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em 17 set. 2018.

MINDLIN, José. Cartas, para que vos quero? In. GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádya Battella. **Prezado senhor, Prezada senhora**: estudos sobre cartas. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia portuguesa no século XVIII. In. GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádya Battella. **Prezado senhor, Prezada senhora**: estudos sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MOTT, Luiz R. B. **Piauí Colonial**: população, economia e sociedade. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. **O povoamento colonial do Sudeste do Piauí**: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência. 2007. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Clacso, set. 2005, p. 107-130 (Colección Sur Sur). Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>. Acesso em: 18 set. 2018.

ROSA, Sonia. **Quando a escrava Esperança Garcia escreveu uma carta**. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VIDAL, Lux. [orelha de livro]. SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Os povos indígenas e a Constituinte**. Florianópolis: UFSC; Movimento, 1989.

## **SOBRE OS ORGANIZADORES**

**KEYLA CHRISTINA ALMEIDA PORTELA** - Secretária Executiva formada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Licenciada em Língua Inglesa e Espanhola pelo Centro Universitário de Varzea Grande – UNIVAG. Especialista em Linguística Aplicada pela Unioeste, Especialista em Gestão de Processos e qualidade pela Uninter, Especialista em Recursos Humanos pela Uninter, Especialista em Gestão de projetos pela Uninter, Especialista em Gestão e Docência em Ead pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Especialista em Didática do Ensino Superior pela Unipan, Especialista em Formação de professores pela UTFPR. Especialista em MBS – Master Business Secretaries pela Uninter. Mestre em Educação pela Universidade de Lisboa e Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCSP). Desenvolve trabalhos nas áreas de educação, ensino e gestão. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: keylaportela@bol.com.br

**ALEXANDRE JOSÉ SCHUMACHER** – Secretário Executivo formado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE; Bacharel em Administração de Empresas com Habilitação Administração Hospitalar; Tecnólogo em Comércio Exterior; Doutor com menção internacional em Economia e Direção de Empresas; Tese resultante do processo de doutoramento foi premiado internacionalmente no prêmio “Adalberto Viesca Sada” pela Universidade de Monterrey no México no ano de 2015; possui Mestrado em Administração de Empresas; Especializações Lato Sensu em: Comércio Exterior para Empresas de Pequeno Porte; Docência no Ensino Superior; Administração e Marketing; MBA em Planejamento e Gestão Estratégica; MBA em Administração e Gerência de Cidades; Gestão Escolar; Administração em Agronegócios.. Já atuou como consultor em grupos empresariais em setores específicos; realiza palestras em conferências em temas específicos relacionados a sua área de formação e de desenvolvimento de pesquisas. É Pesquisador de temáticas relacionadas com as empresas familiares e suas dinâmicas. É Practitioner em PNL e Hipnose Moderna. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: alexandre.jose.schumacher@gmail.com

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Alteridade 80, 85

Animes 90, 96

Arduino 155, 156, 157, 158, 159, 160, 164, 165

Arte 98, 99, 100, 101, 112, 113, 140, 159, 162, 236

Aulas práticas 62, 66

### C

Computação Física 155, 164, 165

Conhecimento 62, 96, 132, 134, 137, 240, 320

### D

Diversidade sexual 37

### E

Economia de Belém 67

Educação STEAM 155

Elementos geométricos 98

Ensino-aprendizagem 13

Ensino de História 267, 278

Ensino de imunologia 90

Ensino Profissional e Tecnológico 13

Escolarização 1

Escola sem Partido 181, 182, 184, 185, 186, 188, 190, 191, 192, 264

Escravidão no Brasil 202

Escrita 122, 123, 202

Escrita epistolar 202

### F

Formação de Professor 13

Fotografia 267, 269, 279

### G

Gêneros textuais 242, 243, 250

Gerencialismo 251

## **H**

História da Ciência 49, 50, 51, 56, 57, 59, 60

## **I**

Imaginação e criatividade 98

Indígena 1, 2, 3, 7, 8, 9, 10, 11

## **L**

Leitura 122, 123, 128, 129, 141, 242

Livro didático 37

## **M**

Maus Tratos 71

## **P**

Patrimônio 267, 278, 279

Políticas Públicas 181

Pós-Estruturalismo 37

Produção de texto 242

Programação 155

Psicanálise 71, 75, 76

## **R**

Reflexão 114, 143

## **T**

Trabalho Docente 181

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-551-8

